

RESOLUÇÃO DELIBERATIVA Nº. 012/2013

Dispõe sobre a ampliação dos valores pagos a título de compensação da gratuidade de atos praticados pelos notários e registradores, bem como o pagamento de mapas e comunicações, referentes ao mês base de março de 2013, nos termos do art. 37 da Lei nº 15.424, de 2004.

A Comissão Gestora dos Recursos para a Compensação da Gratuidade do Registro Civil no Estado de Minas Gerais, nos termos regimentais, com base na Lei nº. 15.424, de 30 de dezembro de 2004, art. 37, incisos II e IV, e em face da ocorrência do superávit consolidado e referente ao mês de **fevereiro de 2013**, mediante deliberação do Plenário da Comissão que aprovou esta Resolução Deliberativa, em reunião ordinária do dia dezesseis do mês de abril de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. A ampliação da compensação da gratuidade em razão dos atos praticados pelos registradores das pessoas naturais no mês de **março de 2013**, em razão da previsão dos incisos II e IV do art. 37 da Lei nº 15.424, de 30 de dezembro de 2004, é feita nos seguintes valores:

I – na forma do inciso II do art. 37, para os atos praticados no mês de **março de 2013** em razão dos nascimentos e óbitos, o valor de **R\$ 24,07** (vinte e quatro reais e sete centavos);

II – na forma do inciso IV do art. 37, a complementação da receita bruta mínima mensal em razão dos valores recebidos pelos notários e registradores no mês de **março de 2013**, o valor de **R\$ 170,24** (cento e setenta reais e vinte e quatro centavos).

III – **R\$ 19,68** (dezenove reais e sessenta e oito centavos) para os atos decorrentes de mandados judiciais, praticados pelos Registradores Cíveis das Pessoas Naturais;

IV – **R\$ 5,89** (cinco reais e oitenta e nove centavos) para as certidões ou segundas vias expedidas pelos Registradores Cíveis das Pessoas Naturais;

V – **R\$ 5,89** (cinco reais e oitenta e nove centavos) para as certidões emitidas pelos Registradores de Imóveis, enviadas ao ITER, em razão da Lei nº 14.313, de 19 de junho de 2002;

VI – **R\$ 6,50** (seis reais e cinqüenta centavos) para as averbações de imóveis, feitas pelos Registradores de Imóveis, em razão da Lei nº 14.313, de 19 de junho de 2002.

VII – R\$ 28,62 (vinte e oito reais e sessenta e dois centavos) para o conjunto de todos os mapas enviados pelos Registradores Cíveis das Pessoas Naturais, na forma do inciso VI do art. 37;

VIII – R\$ 1.89 (um real e oitenta e nove centavos) para as comunicações enviadas pelos Registradores Cíveis das Pessoas Naturais, na forma do inciso VII do art. 37.

Art. 2º. Esta Resolução Deliberativa entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de reuniões da Comissão Gestora, aos dezesseis dias do mês de março de 2013.

Adriana Patrício dos Santos Teixeira
Coordenadora da Comissão Gestora